

Municípios vão ganhar também maiores poderes

RITA NARDELLI
Da Editoria de Política

Com a promulgação da Constituição, as eleições municipais terão mais sabor para os candidatos. E que a nova Carta amplia significativamente as prerrogativas dos vereadores, além de dar maior poder aos futuros prefeitos.

Os avanços foram muitos, a começar pelo princípio da inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, na circunscrição do município. Atualmente, como observa o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), os vereadores são tratados "como cidadãos comuns", sem qualquer garantia contra eventuais processos movidos a partir de discursos ou entrevistas.

No novo texto, o município ganhou status de unidade da Federação. Hoje, somente os estados e territórios são entidades federativas. A futura condição do município irá lhe conferir autonomia. E esta autonomia está presente basicamente em um dispositivo do projeto constitucional que atribui à Câmara Municipal a tarefa de votar, em dois turnos, a lei orgânica do município — atualmente, esta lei é elaborada pelo estado. A partir da nova Carta, os vereadores poderão então dispor sobre toda a estrutura da administração municipal, as atribuições dos prefeitos e o funcionamento da Câmara, entre outros itens.

Uma novidade introduzida pelos constituintes trata da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. As atribuições incluem, entre outros pontos, os seguintes: cuidar da saúde e da assistência pública, proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e, os sítios arqueológicos, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, proteger o meio ambiente e combater a poluição

em qualquer de suas formas, combater as causas da pobreza e os fatores da marginalização, fomentar a produção agropecuária e registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

— Esta competência comum — explica Vivaldo Barbosa — abriu um leque de itens que permite ao município atuar de maneira indicativa. Os vereadores poderão, com isto, legislar sobre todos os assuntos relacionados como de competência comum.

A futura Constituição relaciona ainda uma série de atribuições da competência do município, que abrem espaço para uma intervenção maior da Câmara Municipal. Entre outras atribuições, estão: legislar sobre assuntos de interesse local, manter programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, promover o adequado ordenamento territorial e a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Para os novos prefeitos, a grande diferença em relação às atuais administrações municipais será um volume de recursos maior, a partir da reforma tributária promovida pela Constituinte. Além disso, as prefeituras poderão desapropriar mediante pagamento em títulos da dívida pública, e os municípios terão direito a compensação financeira ou a participação no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, petróleo ou gás natural, e de outros recursos minerais em seus territórios, na plataforma continental, no mar territorial e na zona econômica exclusiva.

Além de administrar com mais recursos, os futuros prefeitos terão uma vantagem em relação aos atuais, conforme destaca Vivaldo Barbosa: na eventualidade de serem processados, serão julgados não mais por um juiz, mas pelo Tribunal de Justiça.

UDR luta por anistia a empresas

Belo Horizonte — O presidente licenciado da UDR, Ronaldo Caiado, disse ontem, que todos os escritórios regionais da entidade, mais de 300, estão mobilizados para pressionar os constituintes a aprovarem as emendas constitucionais que eliminam a correção monetária das dívidas de pequenos e médios produtores rurais. Caiado percorrerá 10 Estados até a próxima terça-feira, quando estará em Brasília para acompanhar a provável votação da emenda Mansueto de Labor (PMDB-PE).

O presidente da UDR classificou de "terrorismo contra a Sociedade" as declarações de ministros da área econômica de que a eliminação da correção monetária dará prejuízos superiores a Cz\$ 1,6 trilhão ao sistema financeiro. Para ele, são inverdades que estão sendo disseminadas no sentido de mobilizar o contribuinte contra as emendas.

— O contribuinte não vai pagar nada. O que queremos é que os bancos devolvam ao campo o que retirou dele, desde 1981 de forma ilegal — afirmou Ronaldo Caiado.

Caiado, que ontem se reuniu com produtores rurais em Belo Horizonte, Montes Claros, no norte de Minas, e Itabuna, na Bahia, disse que reassumiu a liderança da UDR atendendo a apelos da classe para a mobilização em favor da aprovação das emendas.

MANIFESTAÇÃO

Ronaldo Caiado participará hoje, juntamente com centenas de produtores rurais, de uma manifestação no município de Carpina, a 40 quilômetros do Recife, a qual tem o objetivo de apoiar as emendas dos constituintes Mansueto de Labor, Ziza Valadares e Humberto Souto, propondo anistia aos pequenos empresários e o cancelamento da cobrança de correção monetária incidente sobre os financiamentos do crédito rural.

Segundo informou o presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, Antônio Celso, Ronaldo Caiado, logo após as manifestações de hoje em Pernambuco, viajará ao Rio de Janeiro a fim de participar de outro encontro, desta feita na cidade Campos, também com o mesmo objetivo. Há três meses, em Carpina (PE), Ronaldo Caiado participou de um leilão, cuja renda foi revertida em favor da UDR pernambucana.

O deputado Ricardo Fiuza, um dos líderes do Centrão na Constituinte, que participou de um debate ontem numa emissora recifense, admitiu votar na emenda do senador Mansueto de Labor desde que haja algum acordo, pois vê o problema muito delicado, e até já conversou com o ministro Mailson da Nobrega em busca de uma solução.

Líder estuda emenda para a transição

A liderança do Governo está fazendo um estudo sobre os artigos que devem constar das Disposições Transitórias para permitir a transição da atual Constituição para a nova nas questões relativas ao Legislativo, Executivo ou Judiciário, como a implantação da ordem tributária, por exemplo. O resultado deste estudo, que reunirá à parte artigos para uma emenda de negociação, será levado esta semana pelo líder Carlos Sant'Anna aos demais setores da Constituinte.

Neste bloco de dispositivos, deverão entrar, por exemplo, artigos que indiquem de que forma será aumentada ou diminuída a composição de tribunais e como serão aproveitados seus atuais integrantes. A preocupação é grande também na parte tributária, já que os dispositivos só entram em vigor após regulamentação por lei complementar. Se a lei complementar não for elaborada logo e as Disposições Transitórias não trouxerem artigos a respeito, teme-se até mesmo uma paralisação dos mecanismos da receita. O líder explicou que, na votação das Disposições Transitórias, o Governo terá que garantir 280 votos a seu favor em algumas ocasiões, para derrubar os destaques para votação em separado apresentados pela liderança do PMDB.

Maranhão não aceita adiar as eleições

São Luís — Refletindo o pensamento de vários deputados estaduais e candidatos declarados às eleições de 15 de novembro, o líder do PMDB na Assembleia Legislativa, deputado Marcony Farias, disse que a provável prorrogação do mandato dos atuais prefeitos e vereadores de todo o País, caso venha a ser aceita pelo Congresso Nacional, "representará um casuismo idêntico aos tomados no período da ditadura. O deputado Pontes de Aguiar (PFL) também foi incisivo ao declarar que a prorrogação agora não faz sentido, "porque voltar ao passado, quando se praticaram casuismos semelhantes durante mais de 20 anos".

O deputado João Bosco, do PMDB, lembrou que as eleições já estão marcadas, "o que é salutar para a democracia. Por isso, não acredito que a constituinte tome tal decisão de prorrogar os mandatos". Por sua vez, Marcony Farias afirmou que a decisão do Senado ao aprovar o projeto atendeu às expectativas da maioria do povo brasileiro.

MARCOS HENRIQUE



Vivaldo Barbosa: leque de poder está ampliado

Movimento popular aponta os avanços

O texto constitucional aprovado até agora apresenta mais avanços do que retrocessos. Esta tem sido a tendência mostrada pelos parlamentares expositores no 1º Seminário Nacional sobre "Projeto de Constituição: Avaliação e Perspectiva", com encerramento previsto para hoje no auditório Petrólio Portela, do Senado Federal.

Depois de um levantamento minucioso das novidades e avanços e omissões contidos em cada título do texto constitucional nestes três primeiros dias de debates, representantes de plenários, comitês e movimentos pró-participação popular na Constituinte discutem hoje no encerramento estratégias de mobilização para a votação do segundo turno.

CONQUISTAS

Um dos parlamentares mais aplaudidos ontem foi o deputado José Carlos Sabóia (PSB-MA), que destacou as conquistas referentes aos direitos do meio ambiente. Ele lembrou que as lideranças indígenas exerceram um dos lobbies mais eficientes durante as negociações referentes ao capítulo específico e "sairam vitoriosos com suas pajelanças, sem precisar usar o branco como alavanca para alcançar as significativas conquistas aprovadas".

Na tarde de amanhã os debates se estenderam até às 14h30. Nesta primeira fase, analisando

do o Título VII (Ordem Social) VIII (Ordem Social), falaram os deputados Eduardo Jorge (PT-MG) — Seguridade Social, Saúde e Previdência; Cristina Tavares (Sem partido-PE) — Ciência e Tecnologia; Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) — Comunicação; Educação Elísio (PMDB-MG) — Educação; e, José Carlos Sabóia (PSB-MA) sobre índio e Meio Ambiente. A tarde foi feita uma síntese geral e discussão das Disposições Transitórias, com exposições do deputado Roberto Freire (PCB-PE) e o ex-deputado Jo-ao Gilberto, representando o Ceac-UnB.

ESTUDO

— Este seminário é apenas um movimento de estudo, não é uma manifestação essencialmente política e por isso não apresentará ao final nenhuma conclusão formal ou documento final. Mas ao longo das discussões percebemos que o saldo apresentado pelos expositores é positivo em relação aos avanços da Constituinte — explica João Gilberto.

Paralelamente ao seminário, as entidades participantes — Diap, Inesc, Ceac, UnB, Ibase, Fase e Cedac — estão coletando assinaturas em um abaixo-assinado apoiando a candidatura de Herbert de Souza (Betinho) ao Prêmio Nobel da Paz, pela sua militância a favor da reforma agrária, e a luta ao lado dos aidéticos.

Segundo turno preocupa

A possibilidade da apresentação de Destaques para Votação em Separado (DVS) aos dispositivos aprovados no primeiro turno, o que obrigaria os setores progressistas a colocarem 280 votos em plenário também no segundo turno, para garantir os avanços já obtidos, foi uma das principais preocupações manifestadas pelas lideranças da sociedade civil que participam do seminário nacional de avaliação da Constituição, em Brasília. Se os DVS não forem aceitos pela mesa da Constituinte, caberá ao Centrão buscar os votos para suprir os dispositivos como o direito de greve, jornada de 44 horas e nacionalização do subsolo.

Com a participação de aproximadamente 600 lideranças sindicais e comunitárias, vindas de cidades distantes como Tabatinga (AM) e Uruguaiana (RS), o seminário tem por objetivos realizar um levantamento dos avanços e insuficiências do projeto de Constituição, identificar os pontos que deverão ser defendidos no segundo turno de votação e definir as estratégias para a manutenção destes dispositivos. Neste aspecto, há duas propostas básicas em discussão: a mobilização do movimento popular para pressionar os constituintes ou o esfriamento dos debates, já que apenas o Centrão está interessado em efetuar grandes alterações no texto.